

Entrevista

Arnaldo Jardim

Engenheiro civil (Poli/USP), deputado estadual e, atualmente, é o líder da bancada do Partido Popular Socialista – PPS na Assembléia Legislativa.



Arnaldo Jardim, engenheiro civil (Poli/USP), está em seu quarto mandato como deputado estadual e, atualmente, é o líder da bancada do Partido Popular Socialista – PPS na Assembléia Legislativa. Foi eleito pela primeira vez deputado estadual em 1986 e no segundo mandato, em 1991, foi líder do governo e do PMDB na Assembléia paulista, tendo sido relator do anteprojeto da Constituição Estadual. Em 1992, assumiu a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, na qual ficou até 1993. Em 1999, o deputado ganhou destaque como relator geral do Fórum São Paulo Século XXI – projeto, planejou o desenvolvimento de São Paulo para este novo século – e da CPI dos Combustíveis, em que combateu a máfia dos combustíveis adulterados, além de ser autor da Emenda Constitucional que pôs fim à “impunidade parlamentar”, fixando a imunidade apenas aos chamados “crimes de opinião”. No âmbito partidário, foi presidente estadual do PPS (2001/02). Em 2005, Jardim foi autor do Projeto de Lei n. 269/2005 que institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo; da Lei n. 11.976, a qual dispõe sobre o Programa de Saúde do Adolescente, além do Projeto de Lei n. 326/2005, que trata da Política Estadual de Resíduos Sólidos. Atualmente, além de ser presidente do grupo de trabalho responsável pela elaboração de uma nova legislação de destinação dos resíduos sólidos, o deputado coordena a Frente Parlamentar pela Habitação, a Frente Parlamentar pela Energia Limpa e Renovável e a Frente Parlamentar pelo Cooperativismo Paulista.

RBCIAMB: Qual é a importância da existência de uma política de resíduos sólidos no estado de São Paulo?

Arnaldo Jardim: Nossa sociedade é movida pelo consumo, em que a ordem é esforçar-se ao máximo para comprar e não se preocupar com o descarte. Estamos em pleno século 21, e o lixo se tornou um dos problemas mais sérios da humanidade, pois representa prejuízos à saúde e ao meio ambiente. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, são coletadas diariamente 229 mil toneladas, mas 136 mil vão para lixões a céu aberto, aterros deficientes, áreas alagadas ou simplesmente são queimados. Em quase 4 mil municípios não há sequer números sobre as quantidades geradas. E mais, 40 milhões de brasileiros (12 milhões em áreas urbanas) não dispõem de coleta domiciliar. Só na capital paulista são produzidas 16 mil toneladas de lixo todos os dias e, segundo a Cetesb, os poucos aterros existentes terão sua capacidade esgotada em três ou quatro anos.

O Projeto de Lei n. 326/2005, apresentado por nós, incorpora uma série de preocupações absolutamente atuais e modernizadoras do sistema. Para começar, a proposta institui um inventário dos resíduos sólidos no estado de São Paulo. Também dispõe sobre uma forma de monitoramento desses resíduos, desde a fase de produção até sua destinação final.

A nossa proposta estabelece, ainda, responsabilidades das empresas por aquilo que geram de resíduos, bem como fixa normas para o tratamento do lixo urbano. Temos certeza que o lixo, o qual é um grave problema atual, especialmente nas cidades maiores, poderá ser uma fonte importante e

inovadora de soluções urbanas, com o estabelecimento de regras de preservação ambiental, em um primeiro momento e, em seguida, com sua transformação em atividade lucrativa, dentro das três premissas básicas, chamadas de três Rs: Reduzir, Reutilizar e Reciclar. As possibilidades de ganho social e ambiental saltam aos olhos, pois fazem parte da realidade urbana.

Se a terra é muito preciosa para ser coberta por resíduos prejudiciais à saúde humana e ao solo, vamos transformar esses resíduos em ativo ambiental. Esse é o espírito do projeto apresentado agora que, aperfeiçoado, espero que possa servir a toda a sociedade paulista.

RBCIAMB: Em que estágio o estado de São Paulo poderá dizer que está, em relação a sua política?

A. J.: Com muita satisfação, no final do ano passado, conseguimos aprovar, em votação extraordinária, nossa Política Estadual de Resíduos Sólidos. Foram anos de elaboração e uma articulação política intensa para que o nosso estado se torne referência no tratamento e destinação dos resíduos sólidos. É importante salientar que os estados do Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco e o Rio Grande do Sul já elaboraram sua própria política de resíduos sólidos. Em meio à mobilização dos estados, a ausência de uma política nacional para tratar do tema é inaceitável. O projeto em questão passou pelas comissões de Meio Ambiente, Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamentos, nas quais poucas emendas foram apresentadas, fato que chamou a atenção diante da complexidade do tema. Agora, o projeto segue para sanção do governador Geraldo Alckmin, que deve

acontecer dentro em breve, para fazer parte da legislação estadual.

RBCIAMB: Qual foi o processo adotado para confecção desse projeto de lei, sendo você presidente do grupo de trabalho parlamentar, responsável pela política estadual de resíduos sólidos?

A. J.: O Projeto de Lei n. 326/2005, a instituir a Política Estadual de Resíduos Sólidos, é fruto de um trabalho coletivo que envolveu 54 entidades – entre representantes de segmentos socioeconômicos, ONGs, órgãos do poder público, do meio acadêmico, pesquisadores e estudiosos.

Foram dois anos de trabalho árduo, entre inúmeras audiências públicas, seminários e eventos que ajudaram na formulação de um projeto de lei inovador procurando aglutinar questões atuais da gestão integrada de resíduos sólidos, além de estabelecer um elo com as políticas estaduais de saneamento, recursos hídricos e de meio ambiente. A formatação suprapartidária do grupo de trabalho responsável pela elaboração do texto, além das valiosas contribuições da consulta pública por meio do site oficial da Assembléia Legislativa, que possibilitou o estabelecimento de um canal de comunicação direto entre a sociedade e o parlamento, foram iniciativas inovadoras as quais só enriqueceram o projeto.

A cidade de São Paulo possui, por exemplo, 14 centros de triagem de lixo. É pouco, diante da quantidade de material descartado diariamente – cerca de 16 mil toneladas. Precisamos incentivar o aumento do número de centros de triagem e, mais do que isso, promover políticas públicas para educar a população, empresários, associações e

diversos setores da sociedade civil organizada sobre a importância de promover a reciclagem dos resíduos.

Também não podemos esquecer do papel da administração pública de fomentar esse ramo de atividade, seja por benefícios fiscais às empresas que investem em reciclagem, seja pelo investimento direto na criação de cooperativas e centros de triagem. Além disso, lutar pela inclusão da disciplina Educação Ambiental na grade escolar, incentivando e ensinando como reciclar e quais produtos podem ser reaproveitados. Afinal, quanto mais cedo implantarmos a consciência ambiental, mais chances de termos êxito diante do desafio de equacionar o problema do lixo neste novo século.

RBCIAMB: Quais são os pontos que você considera mais importantes na política estadual de resíduos sólidos?

A. J.: Entre as medidas propostas pelo projeto está a implantação de um sistema de informações sobre os resíduos sólidos em todo o estado – o Sistema Declaratório –, que contará com o apoio e a participação de todos os municípios paulistas para a divulgação pública. Com isso, os órgãos públicos competentes terão um instrumento pelo qual será possível fazer o mapeamento, planejamento e controle do lixo gerado. Com isso, abre-se o caminho para o fim de aterros e lixões clandestinos e de empresas coletoras não-credenciadas, além de propiciar dados para a elaboração de políticas públicas voltadas para o equacionamento do problema do lixo. As questões sociais também foram contempladas no texto, com a inserção de catadores, associações e cooperativas no processo de coleta, separação e

comercialização dos resíduos urbanos recicláveis. A medida tem como objetivo promover a ressocialização por meio de políticas de geração de emprego e renda de um número, cada vez maior, de pessoas que sobrevivem dessa atividade. Afinal, esses abnegados enfrentam sol, chuva e frio, sem qualquer proteção social, e respondem pela reciclagem de 30% do papel e papelão, mais de 20% do plástico e vidro e mais de 90% das latas de alumínio. Outro aspecto é a educação ambiental voltada para geradores e o consumidor final.

Para isso ser possível, o grupo de trabalho propôs ao governador Geraldo Alckmin a criação de incentivos fiscais e instrumentos econômicos, como o Fundo Estadual de Resíduos Sólidos. O fundo, por exemplo, proporcionará financiamento de projetos, programas e sistemas de resíduos sólidos nos municípios que estiverem adequados às normas ambientais, ou seja, aqueles os quais contemplem ou estejam de acordo com as diretrizes e recomendações dos planos regional e estadual de resíduos sólidos; com a sustentabilidade financeira dos empreendimentos pela demonstração dos instrumentos de custeio e técnica operacional por meio de programas continuados de capacitação e educação ambiental. Por se tratar de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, o grupo de trabalho também sugeriu a criação de instrumentos de incentivos fiscais para garantir a viabilidade do projeto, bem como os incentivos financeiros que promovam e estimulem a mitigação de resíduos, pela reutilização, reciclagem e recuperação. Além de incentivar a pesquisa e a implementação de novas tecnologias mais limpas.